



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO GALHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º

O Estudo Técnico Preliminar é obrigatório na Lei 14.133/2021 em TODAS AS CONTRATAÇÕES com a finalidade em demonstrar a boa prática administrativa da Administração Pública Municipal.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:

Lei 14.133, art. 6º, XX. Estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

(...)

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO GALHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

- a) Transferência especial estadual 2025-indicação nº161421
- b) Objeto: RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIAS PÚBLICAS.
- c) Vigência: 06/08/2025 a 06/08/2028

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO E SOLICITANTE

Processo Administrativo para contratação de obras e serviços de engenharia.

Área solicitante: Secretaria Municipal de Obras.

2.1 - Equipe de Planejamento da Contratação:

Equipe Responsável pela Elaboração dos Projetos, Orçamento, Memoriais e Cronograma Físico Financeiro

1 – JOSÉ GILSON MOREIRA – Eng. Civil CREA MG – MG 247.171-D/MG

2 – JAIR LOPES DA SILVA SECRETARIO MUNICIPAL DE OBRAS

3. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, I

A presente contratação tem por finalidade a execução de serviços de recapeamento em vias públicas urbanas, conforme projeto básico e anexos, visando restaurar e melhorar



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO GALHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

as condições de trafegabilidade, segurança e acessibilidade da malha viária municipal. Atualmente, as vias urbanas encontram-se em estado de deterioração, apresentando trincas, buracos, afundamentos e desgaste do revestimento asfáltico, o que compromete a mobilidade, aumenta o risco de acidentes e eleva os custos de manutenção veicular da população.

A execução do recapeamento se justifica pela necessidade de garantir a melhoria da infraestrutura urbana, assegurando tráfego seguro e confortável a pedestres e veículos, reduzir riscos de acidentes de trânsito decorrentes da má conservação do pavimento e diminuir os custos de manutenção corretiva das vias, substituindo reparos paliativos por uma intervenção definitiva. Além disso, a medida contribui para a valorização do espaço urbano, favorecendo a organização do trânsito e o embelezamento da cidade, bem como atende à necessidade de escoamento eficiente do tráfego urbano, fundamental para a circulação de mercadorias, transporte público e serviços essenciais.

Dessa forma, a intervenção permitirá favorecer a expansão do comércio local e regional, possibilitando maior competitividade aos produtores da agricultura familiar, contribuirá para a elevação da renda local e para a dinamização da economia regional, além de proporcionar melhoria da qualidade de vida da população, com maior segurança e acessibilidade. O prazo estimado para a conclusão dos serviços é de 01 (um) mês, conforme cronograma físico-financeiro, garantindo a execução célere e eficiente das obras.

3.1. Por quanto tempo a solução deverá ficar disponível à Administração (informação que influenciará a duração do contrato)?

Expectativa do tempo de vida útil do objeto é de no mínimo 5 (cinco) anos e a previsão da periodicidade de manutenções necessárias para a sua longevidade é semestral, a fim de garantir a durabilidade e funcionalidade do objeto.

4. DO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, II

O objeto proposto encontra-se alinhado com as previsões do Plano de Contratações Anual e com o planejamento da Administração Municipal, uma vez que a manutenção e recuperação da malha viária urbana constituem ação estratégica para assegurar a mobilidade, a acessibilidade e a segurança da população. A execução do recapeamento das vias públicas urbanas revela-se indispensável para o adequado funcionamento do sistema viário, promovendo maior fluidez no trânsito, eficiência no transporte público e melhoria na prestação dos serviços essenciais.

Além disso, o recapeamento das vias urbanas integra-se às políticas públicas de infraestrutura, valorizando os espaços da cidade, promovendo a qualidade de vida dos cidadãos, contribuindo para a redução de custos com manutenção corretiva e reforçando o compromisso da Administração com o desenvolvimento urbano sustentável.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, III



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO GALHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Os requisitos mínimos e necessários para atendimento da demanda da administração local, estão apresentados em projetos, memoriais descritivos, cronograma físico financeiro e planilha orçamentária, os quais apresentam os requisitos de qualidade que possibilitam a seleção da proposta mais vantajosa.

Portanto, todos os parâmetros de referências estão demonstrados suas especificações demasiadas conforme as referências em planilhas oficiais SINAPI, SICOR. (vide Planilha Orçamentária e projetos básicos).

6. DO QUANTITATIVO ESTIMADO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, IV

Para o levantamento do quantitativo estimado, foram atendidas as necessidades da Administração Pública Municipal em solucionar os problemas recorrentes de mobilidade urbana. Desta forma, foram consideradas as necessidades e requisitos mínimos para o atendimento e a resolutividade, sendo, portanto, necessários os quantitativos apresentados em planilha orçamentária e projetos. Assim, todos os quantitativos apresentados têm como referência preços constantes em planilhas oficiais, como o **SICRO** e o **SINAPI**.

São apresentados os memoriais de cálculos, memoriais descritivos, projetos, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro. Tendo em vista o princípio da economicidade, o projeto buscou alinhar a resolução dos problemas correntes com métodos construtivos eficientes e sustentáveis, de forma a garantir o uso racional dos recursos públicos e a maximização dos resultados para a coletividade.

As vias urbanas beneficiárias encontram-se em avançado estado de deterioração, apresentando buracos, trincas, desgaste do revestimento asfáltico e, em períodos chuvosos, acúmulo de água e formação de crateras. Essas condições geram impactos sociais e econômicos relevantes, tais como prejuízos à mobilidade, aumento do risco de acidentes de trânsito, dificuldades no transporte público, transtornos à circulação de mercadorias e comprometimento do acesso da população aos serviços essenciais.

Todas as quantidades e valores unitários estão detalhados na **planilha orçamentária**, e os prazos de execução encontram-se estabelecidos no **cronograma físico-financeiro**, conforme os projetos e memoriais anexos

7. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, V

A partir das definições do objeto e da análise da malha viária urbana beneficiária, considerando-se os impactos negativos decorrentes da má conservação das vias, sobretudo nos períodos chuvosos, quando o acúmulo de água e a formação de crateras prejudicam o tráfego e a mobilidade da população, foram estabelecidas as melhores alternativas para a execução do objeto proposto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO GALHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

O objeto prevê a realização de **recapeamento asfáltico em vias públicas urbanas**, conforme planilha orçamentária anexa. A escolha do tipo construtivo fundamenta-se nas condições do solo e no fluxo de tráfego urbano, tendo em vista a necessidade de restabelecer a trafegabilidade com segurança, eficiência e durabilidade. Entre os fatores que justificam a opção pelo recapeamento asfáltico destacam-se sua resistência, a rápida execução dos serviços e a eficácia na restauração do pavimento existente.

Todas as referências de quantitativos e custos encontram-se apresentadas na **planilha orçamentária** (anexa). As informações foram obtidas a partir de fontes oficiais, como o **SICRO** e o **SINAPI**, assegurando a confiabilidade dos valores estimados

8. DA ESTIMATIVA DO VALOR

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, VI

Para elaboração do projeto e planilha orçamentária, memoriais, foram analisadas as planilhas de referências oficiais.

Em anexo encontra o orçamento, composições que demonstram a estimativa do valor da contratação.

9. DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, VII

Para a execução do objeto deverá seguir totalmente as descrições apresentadas em projetos, planilha orçamentaria, cronograma físico financeiro, memoriais descritivos e cálculo.

10. DO PARCELAMENTO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, VIII

O objeto “RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIAS PÚBLICAS MUNICÍPIO BOM JESUS /MG” objetiva a pavimentação de Vias Urbanas e portanto, seguirá conforme estabelecido no cronograma físico financeiro, ou seja, sendo executado conforme cronograma.

11. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, IX

Com a execução do recapeamento das vias públicas urbanas, pretende-se assegurar a melhoria das condições de mobilidade, segurança e acessibilidade da população, garantindo maior fluidez ao tráfego de veículos e pedestres. Espera-se, ainda, a redução dos riscos de acidentes de trânsito decorrentes das más condições do pavimento, bem como a diminuição dos custos de manutenção corretiva da malha viária.

Os resultados pretendidos abrangem, também, a valorização do espaço urbano, a eficiência do transporte público coletivo, a otimização da circulação de mercadorias e serviços, e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Dessa forma, a intervenção contribui diretamente para o desenvolvimento urbano sustentável, o fortalecimento das



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO GALHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

atividades econômicas locais e o atendimento ao interesse público de forma efetiva e duradoura.

12. DAS PROVIDÊNCIAS

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, X

Serão elaborados os projetos básicos e executivos de acordo com a necessidade da malha viária urbana, considerando as características técnicas das vias e os impactos ambientais decorrentes, especialmente relacionados ao escoamento de águas pluviais em períodos chuvosos. Tais projetos contemplarão soluções construtivas adequadas para garantir a durabilidade e a eficiência do recapeamento asfáltico.

Para assegurar a plena funcionalidade e a conservação das vias urbanas recapeadas, o Município deverá realizar, em períodos programados, manutenções preventivas e corretivas, evitando a deterioração precoce do pavimento e assegurando a continuidade dos benefícios advindos da obra.

13. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, X

Não se aplica, por se tratar de obra específica com objeto definido e que não existe sobreposição de objeto para mesma localidade definida em projeto no prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

Considerando que o plano de ação, emenda especial federal União e entidades governamentais dos demais entes da Federação, ou organizações não-governamentais, para transferência de recursos financeiros a serem utilizados na execução de um objetivo comum e específico.

14. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, XII

A obra a ser implantada “RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIAS PÚBLICAS”, com os recursos do Plano de ação especificado, atendem às diretrizes de preservação ambiental e que não causarão nenhum dano ao meio ambiente na área de intervenção e de seu entorno, e é dispensada de licenciamento ambiental, pois a mesma não é listada na Deliberação Normativa COPAM nº 217 de 2017.

15. DA CONCLUSÃO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, XIII

Considerando a importância do desenvolvimento social e econômico para o Município de Bom Jesus do Galho; considerando a formalização do plano de ação com o propósito de garantir a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos beneficiários; considerando a



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO GALHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

necessidade de assegurar condições adequadas de mobilidade urbana para o tráfego de veículos, transporte escolar, transporte público e acesso da população aos serviços essenciais; e considerando, ainda, as análises realizadas a partir dos projetos, planilha orçamentária, memoriais descritivos e de cálculo;

Conclui-se pela **viabilidade técnica, operacional e orçamentária** do andamento do processo para a contratação de empresa especializada, por meio de procedimento licitatório na forma da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, a fim de que os serviços de **recapeamento de vias públicas urbanas** sejam executados conforme o planejado e programado, garantindo maior segurança, durabilidade do pavimento e benefícios diretos à coletividade.

Bom Jesus do Galho /MG, 18 de Janeiro de 2026

JOSÉ GILSON MOREIRA
CREA MG 247.171/D
Responsável Técnico